



Público

27-11-2010

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 75000

Temática: Política

Dimensão: 128

Imagem: S/Cor

Página (s): 3

## Reunião “quente” da bancada socialista

# O papel amarrotado do ministro e a ironia do caixote do lixo

● Foi o caso da reunião da bancada do PS, realizada na noite antes da votação do Orçamento. O deputado Marcos Sá criticou o regime de excepção para os cortes nos salários nas empresas públicas e anunciou uma declaração de voto. Marques Júnior falou a seguir para contar que, depois de se reunir com os deputados do PS, o ministro das Finanças amarrotou o papel onde tomara notas e atirou-o para o lixo. E disse tê-lo guardado, até hoje, consigo. Daí ter dito a Sá que era ele quem melhor sabia o que pensava o ministro sobre as propostas dos deputados.

Entre os deputados, a leitura do que disse Marques Júnior não é unânime. Há quem afirme tratar-se de ironia. Outros levaram a sério as palavras do actual presidente do conselho de fiscalização do Sistema de Informações da República. Contactado pelo PÚBLICO, o ex-capitão de Abril afirmou ter-se tratado de uma ironia e que a sua frase não devia ser “levada à letra”.

Mas o clima de revolta estava instalado devido à norma de excepção dos



**Marques Júnior retirou o papel do ministro do lixo e diz que o guardou**

cortes, precisamente aquilo que os deputados tinham deixado claro, na anterior reunião do grupo, que não desejavam que acontecesse. Daí à ameaça da multiplicação de declarações de voto foi um passo, causando momentos de tensão. Renato Sampaio, líder do

PS-Porto, deixou mesmo um aviso: iria estar atento, “tomar nota” das atitudes para depois fazer “uma avaliação política” na bancada.

Foi Jorge Strech quem serenou os ânimos. Afinal, havia motivos legais e constitucionais para a norma de adap-

tação, como lhe chama o Governo. Porque há trabalhadores de empresas com capitais do Estado que podiam contestar os cortes e ganhar na justiça, dado que são empresas com regimes remuneratórios diferenciados. Argumentos que levaram Vera Jardim a desistir da declaração de voto e geraram mais críticas ao Governo por não ter conseguido explicar a medida.

A saída, alguns deputados comparavam o caso com a polémica da taxa de alcoolemia em 2001. Por iniciativa do Governo de Guterres, a revisão do Código da Estrada baixou para 0,2 gramas a taxa máxima admissível e meses depois o PS, cujo líder parlamentar era (também) Francisco Assis, propôs e aprovou no Parlamento a suspensão desse valor por dez meses, repondo o limite anterior de 0,5. A votação não foi pacífica: 18 deputados votaram contra e 10 abstiveram-se. Jorge Lacão e Maria de Belém, por exemplo, votaram a favor, mas fizeram declaração de voto. **Nuno Simas e Maria Lopes**